

O tema central deste número focaliza-se sobre as Forças Armadas e a Sociedade dentro de um contexto de Continuidade e Mudança.

Sobre ele muito tem sido escrito, por vezes de modo algo ligeiro, pelo que convém balizar bem o que se entende como continuidade, bem como aquilo que está a mudar. Por outro lado, e admitindo que possam existir tendências mundiais, este processo ocorre essencialmente na Europa, estando já mais adiantado nos EUA, onde teve a sua origem.

O que deve e vai continuar? São os valores, os comportamentos e os objectivos.

As Forças Armadas em países democráticos continuarão a depender do Poder Político, cumprindo objectivos definidos por este na sua área de intervenção (utilização da violência organizada) e mantendo valores que são só seus, embora, nalguns casos, se encontrem empresas de sucesso e outras organizações que os têm vindo a incorporar. Tais valores podem ser resumidos no espírito de missão, código de honra e mecanismos de decisão, que têm a ver com objectivos exclusivos como realizar o combate e a preparação para o combate ou, como dizia Sun Tzu, ter como missão primária a de vencer guerras, ou indo mais longe, subjugar o adversário sem batalha.

Samuel Finer em 1976 escrevia que “as Forças Armadas dispõem de três impressionantes vantagens políticas sobre as organizações civis: marcada superioridade de organização, um status altamente emocional e o monopólio das armas; que perante tudo isto o surpreendente é que obedeçam aos seus chefes políticos”.

E esta obediência tem a ver com a sua formação, os seus valores e a própria sociedade democrática onde se integram. Por outro lado, ao longo de toda a segunda metade do século XX houve uma mútua influência entre as organizações civis e as militares em que ambas as partes procuraram ir aproveitar o que de melhor a outra tinha.

Dentro deste enquadramento há muita coisa que está a mudar nos países ocidentais:

- Está a ocorrer uma mudança do Exército Nacional para o Exército de Estado (uma tendência para abandonar o Serviço Militar Obrigatório existente desde a Revolução Francesa e caminhar para Exércitos de Contratados (profissionais de curta duração)).

- Acontece também uma maior integração entre os Ramos (operações conjuntas) e entre os Países (operações combinadas) sendo que, nas coligações ocidentais com base na doutrina NATO, raramente ocorrem já operações isoladas de cada país. A lógica das Fronteiras da Segurança tem-se imposto.
- A desregulação do sistema internacional ocorrida após a rotura de 1989/91 introduziu toda a doutrina das Operações de Apoio à Paz de acordo com a Agenda para a Paz de B. Buthros Gali (1992 e 1995), com operações de manutenção de paz, imposição de paz, construção de paz, humanitárias e de reconstrução de Estados, em que, independentemente da sua execução operacional, o grande enquadramento político legitimador e doutrinário teve origem na ONU.
Aparece assim o mesmo militar com dois tipos de missão: fazer a guerra e garantir (e fazer) a paz, o que particularmente nos EUA não é considerado conciliável.
- As novas ameaças traduzidas nas acções do crime e do terrorismo transnacional têm obrigado também a uma evolução no âmbito da NATO e da União Europeia. Não só se dá muito mais importância ao produto operacional final de cada país ou ao da coligação do que à estrutura organizativa tradicional, como a Fronteira da Vulnerabilidade (dentro de cada país) está cada vez mais frágil e sujeita a ataques vários, o que obriga a que as Forças Armadas tenham de estar preparadas para actuar internamente em reforço das Forças de Segurança (num quadro legal previamente definido) e dentro de uma coligação irem combater, algures, fora das suas Fronteiras de Segurança, tais organizações de crime e do terror transnacional.
- A evolução da ciência e da tecnologia tem trazido alterações em todos os equipamentos e sistemas, tendo sido tradicionalmente a Instituição Militar, nas suas diferentes componentes, a organização onde as experiências são inicialmente feitas. Tais alterações materiais e tecnológicas, como consequência, têm obrigado também a mudanças nas estruturas, e em todos os mecanismos internos, além de alterações nos próprios sistemas de decisão. Forças mais pequenas, mais integradas (conjuntas e combinadas), com maior poder letal, com capacidade de intervenção mais rápida e onde a relação entre o Poder Político e os Altos Escalões Militares, bem como entre estes e os Comandantes dos Baixos Escalões é permanente e interactiva.
Como consequência, ocorre um controle muito maior do Poder Político sobre as operações no terreno e, no quadro das actuais intervenções militares, podem acon-

tecer acções de pequenos escalões com imprevistas consequências estratégicas e políticas.

- Dentro do novo contexto social e de evolução tecnológica, e segundo Morris Janowitz, apareceram lado a lado com o Chefe Heróico (que ainda existe), o Gestor Militar e o Técnico Militar, com carreiras paralelas e por vezes conflitantes.
- Novos mecanismos de recrutamento com a necessidade das Forças Armadas concorrem no mercado de trabalho e uma abertura cada vez maior ao sexo feminino dentro da Instituição Militar.

Sendo estas tendencialmente as maiores alterações gerais nas Forças Armadas ocidentais, convém dizer que com as novas ameaças, e principalmente após os trágicos acontecimentos do 11 de Setembro e com tudo quanto ocorreu posteriormente, no âmbito da União Europeia, do seu projecto de Tratado Constitucional e da Política Europeia de Segurança e Defesa, parece surgir uma vontade expressa, muito forte, de reorganizar, reinvestir e modernizar, o que corresponde a uma correcção profunda do rumo seguido desde 1989/91.

Simultaneamente algumas teorias que se queriam indiscutíveis caíram claramente na Guerra do Iraque, como o combate com baixas zero e a possibilidade de vencer a guerra e a paz só com meios aéreos. Reafirmou-se o factor de que a guerra e a paz só se vencem com a intervenção de forças terrestres.

Dentro deste contexto, este número inclui textos de grande qualidade. René Moelker põe o problema de saber se as lições aprendidas em Srebrenica (Unprofor) conduziram a alterações de cultura nas relações civis-militares. Fabrizio Battistelli fala-nos do desafio que a sociedade pós-moderna coloca à condição militar, pondo o acento tónico no caso italiano. Helena Carreiras refere-se à composição social cada vez mais heterogénea das forças militares nas sociedades ocidentais, abordando, para o efeito, dois casos particulares: o género e a orientação sexual. Já Nuno Mira Vaz debruça-se sobre o campo de batalha no século XXI, nomeadamente as questões que se colocam às democracias liberais sobre a legitimidade do recurso ao uso da força e à legalidade dos modos operativos face às novas ameaças. João Vieira Borges, por seu lado, centra-se na vertente do ensino superior militar universitário em Portugal e na necessidade de o repensar estruturalmente. As reflexões do autor são feitas num quadro comparativo com dois países aliados, os EUA e a França.

Na secção extra-temática dois artigos, o primeiro de José Carlos Almeida, versando sobre a temática da identidade nacional, a reimaginação da nação e a construção europeia, diz-nos das tensões que podem surgir entre o projecto europeu e as lealdades nacionais baseadas nalgum tipo de continuidade histórica e experiência comum. O último artigo, da autoria de Alexandre Carriço, glosa sobre a doutrina operacional do Exército Popular de Libertação (EPL) para o século XXI, que se perspectiva em face da modernização estratégica e tecnológica não só do EPL como da própria China.

GARCIA LEANDRO